

Grande assembleia
Nuno
de

**REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL
DA CUT-COMISSÃO UNITÁRIA DE TRABALHADORES E
SUBCOMISSÕES DE TRABALHADORES DA ESTORIL-SOL (III), SA
CONFORME AOS ESTATUTOS E Á LEI Nº. 7/2009, DE 12 DE FEVEREIRO**

Artigo 1º

1. A CUT-Comissão Unitária de Trabalhadores e as Subcomissões Unitárias de trabalhadores são eleitas por votação dos trabalhadores permanentes da empresa, convocada e organizada nos termos da Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro e dos Estatutos da CUT.
2. Consideram-se trabalhadores permanentes todos os que prestem trabalho na empresa por força de um contrato de trabalho com ela celebrado.
3. Não têm direito de participar na votação os trabalhadores de empresas que tenham com a Estoril-Sol (III),SA contratos de exploração de serviços, ou quaisquer outros, ainda que prestem serviço no mesmo estabelecimento.

Artigo 2º

1. O voto é secreto e directo.
2. É permitido o voto por correspondência dos trabalhadores que se encontrem deslocados dos seus locais de trabalho por motivo de serviço e dos que estejam em gozo de férias ou ausentes por doença.
3. A conversão dos votos em mandatos faz-se de harmonia com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

Artigo 3º

1. A Comissão Eleitoral elabora e mantém actualizado um recenseamento dos trabalhadores com direito a voto, organizado por locais de trabalho e identificando o trabalhador por nome e categoria profissional.
2. O caderno eleitoral é utilizado em todas as votações por voto secreto e está aberto a consulta de todos os trabalhadores interessados.

Artigo 4º

O processo eleitoral é dirigido por uma Comissão Eleitoral constituída por dois representantes designados pela CUT e por dois representantes designados por cada uma das listas apresentadas, designados no acto de apresentação das respectivas candidaturas.

Artigo 5º

A eleição tem lugar até ao termo do mandato de cada CUT e /ou Subcomissão

Artigo 6º

1. O acto eleitoral é convocado com a antecedência mínima de 15 dias sobre a respectiva data.
2. A convocatória menciona expressamente o dia, local, horário e objecto da votação.
3. A convocatória é afixada nos locais usuais para a afixação de documentos de interesse para os trabalhadores e nos locais onde funcionarão as mesas de voto.
4. Uma cópia da convocatória é remetida pela entidade convocante ao órgão de gestão da empresa, na mesma data em que for tornada publica, por meio de carta.



Artigo 7º

1. O acto eleitoral é convocado pela CUT.
2. O acto eleitoral pode ser convocado por 10% ou cem trabalhadores permanentes nos casos em que se trate da primeira eleição ou em que a CUT deixe ultrapassar os prazos previstos nos Estatutos sem promover a eleição.

Artigo 8º

1. Podem propor listas os trabalhadores inscritos no caderno eleitoral em número mínimo de 10% ou cem.
2. Nenhum trabalhador pode subscrever ou fazer parte de mais do que uma lista de candidatura.
3. As listas para cada um dos órgãos a eleger devem ser completas mas não é obrigatória a candidatura a todos os órgãos.
4. As candidaturas podem identificar-se por uma designação ou lema e por um símbolo gráfico.

Artigo 9º

1. As candidaturas são apresentadas até oito dias antes da data marcada para o acto eleitoral.
2. A apresentação consiste na entrega da lista à comissão eleitoral, acompanhada de uma declaração de aceitação assinada por todos os candidatos e subscrita, nos termos do artigo anterior pelos proponentes.
3. A comissão eleitoral entrega aos representantes
4. As candidaturas têm o direito de fiscalizar, no acto da apresentação, toda a documentação recebida pela comissão eleitoral para os efeitos do presente artigo.

Artigo 10º

1. A comissão eleitoral deve rejeitar de imediato as candidaturas entregues fora do prazo ou que não venham acompanhadas da documentação exigida no artigo anterior.
2. A comissão eleitoral dispõe de cinco dias a contar da data da apresentação para apreciar a regularidade e a conformidade da candidatura com os Estatutos e este regulamento.
3. As irregularidades podem ser supridas pelos proponentes, para o efeito notificados pela comissão eleitoral, no prazo de dois dias após a respectiva notificação.
4. As candidaturas que, findo o prazo referido no número anterior, continuarem a apresentar irregularidades e a violar o disposto nos Estatutos e neste regulamento são definitivamente rejeitadas por meio de declaração escrita com a indicação dos fundamentos, assinada pela comissão eleitoral e entregue aos proponentes.

Artigo 11º

1. Até ao quinto dia anterior à data marcada para o acto eleitoral, a comissão eleitoral publica, por meio da afixação nos locais indicados no nº 3 do artigo 6, a aceitação das candidaturas.
2. As candidaturas são identificadas por meio de letra, que funcionará como sigla, atribuída pela comissão eleitoral a cada uma delas, por ordem cronológica de entrega, com início na letra A.

Artigo 12º

A votação efectua-se no local e durante as horas de trabalho, simultaneamente e com idêntico formalismo em todos os estabelecimentos da empresa.

Artigo 13º

1. Há mesas de voto em todos os estabelecimentos da empresa com mais de dez trabalhadores, não podendo a cada mesa de voto corresponder mais de 500 eleitores.

Artigo 14º

1. As mesas são compostas por um presidente e dois vogais escolhidos de entre os trabalhadores com direito a voto.
2. Cada candidatura tem direito a designar um delegado em cada mesa de voto para acompanhar e fiscalizar todas as operações-

Artigo 15º

1. O voto é expresso em boletins de forma rectangular e com as mesmas dimensões para todas as listas, impressos em papel liso, da mesma cor e não transparente.
2. Nos boletins são impressas as designações das candidaturas a sufrágio e as respectivas signas e símbolos.
3. A comissão eleitoral envia, com a antecedência necessária, os boletins de voto aos trabalhadores com direito a votar por correspondência que o requeiram.

Artigo 16º

1. Compete à mesa dirigir os trabalhos do acto eleitoral
2. Em local afastado da mesa o votante assinala com uma cruz o quadrado correspondente à lista em que vota, dobra o boletim em quatro e entrega-o ao presidente da mesa que o introduz na urna.
3. As presenças no acto de votação são registadas em documento próprio mediante a assinatura do votante.
4. O registo de presenças contém um termo de abertura e um termo de encerramento, com indicação do número total de páginas, e é assinado em todas as páginas pelos membros da mesa, ficando a fazer parte integrante da respectiva acta.
5. A mesa, acompanhada pelos delegados das candidaturas, pode fazer circular a urna pela área do estabelecimento que lhe esteja atribuída a fim de recolher os votos dos trabalhadores.

Artigo 17º

1. Os votos por correspondência são remetidos à comissão eleitoral até vinte e quatro horas antes do fecho da votação, através de carta registada com indicação do nome do remetente, dirigida à comissão eleitoral com a menção "voto por correspondência" e só por esta comissão pode ser aberto.
2. O votante, depois de assinalar o voto, dobra o boletim em quatro e introdu-lo num envelope com os dizeres "boletim de voto" que, por sua vez, é introduzido no envelope que é enviado pelo correio.
3. Depois de terem votado os membros da mesa do local onde funcione a comissão eleitoral esta procede à abertura do envelope exterior, regista em seguida no registo de presenças o nome do trabalhador com a menção "voto por correspondência" e, finalmente, entrega o envelope interior ao presidente da mesa que o abre e, de seguida, introduz o boletim na urna.

Artigo 18º

1. A abertura das urnas e o apuramento final têm lugar simultaneamente em todas as mesas e locais de votação e são públicos.
2. De tudo o que se passar em cada mesa de voto é lavrada acta que, depois de lida e aprovada por todos os membros da mesa, é por eles assinada no final e rubricadas todas as páginas, fazendo parte integrante dela o registo de presenças.
3. Uma cópia de cada acta é afixada junto do respectivo local de votação durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento.
4. O apuramento global é realizado com base nas actas das mesas de voto pela comissão eleitoral, lavrando uma acta de apuramento global com as formalidades previstas no ponto 2. deste artigo.
5. A comissão eleitoral, seguidamente, proclama os eleitos.



Artigo 19º

1. Durante o prazo de quinze dias a contar do apuramento e proclamação é afixada a relação de eleitos e uma cópia da acta de apuramento global nos locais em que a votação se tenha realizado.
2. Dentro do prazo referido no número anterior, a comissão eleitoral envia ao Ministério do Trabalho e aos órgãos de gestão da empresa, por protocolo ou carta registada os seguintes elementos:
 - a) – Relação dos eleitos, identificados pelo nome, idade, categoria profissional, posto e local de trabalho;
 - b) – Cópia da acta de apuramento global.

Artigo 20º

1. Qualquer trabalhador com direito a voto tem o direito de impugnar a eleição com fundamento em violação da Lei ou dos Estatutos.
2. O recurso, devidamente fundamentado, é dirigido por escrito à comissão eleitoral que o aprecia e delibera.
3. O disposto no número anterior não prejudica o direito de impugnar a eleição junto do representante do Ministério Público da área da sede da empresa.
4. Das deliberações da comissão eleitoral cabe recurso para o Plenário de Trabalhadores se, por violação dos estatutos e da Lei elas tiverem influência no resultado da eleição.
5. Só a decisão do Ministério Público suspende a eficácia do acto impugnado.

Artigo 21º

1. A CUT e qualquer Subcomissão podem ser destituídas a todo o tempo por deliberação dos trabalhadores permanentes da empresa.
2. Para a deliberação de destituição exige-se a maioria de 2/3 de votantes.
3. A votação é convocada pela CUT nos termos dos estatutos e do presente regulamento a requerimento de pelo menos 10% ou cem trabalhadores permanentes da empresa.
4. Os requerentes podem convocar directamente a votação se a CUT o não fizer no prazo máximo de quinze dias a contar da data do requerimento.
5. O requerimento e a convocatória devem conter a indicação sucinta dos fundamentos invocados.
6. A proposta de substituição é subscrita, no mínimo, por 10% ou cem trabalhadores permanentes e deve ser fundamentada.
7. No mais, aplicam-se à deliberação, com as adaptações necessárias, as regras inerentes à eleição da CUT.

Artigo 22º

1. A eleição das Subcomissões poderá ter lugar na mesma data e segundo as normas deste regulamento, aplicáveis com as necessárias adaptações e, nesse caso, será simultânea a entrada em funções.
2. Aplicam-se também, com as necessárias adaptações, as regras sobre a destituição da CUT.

Artigo 23º

O presente regulamento é afixado nos locais onde se afixam as convocatórias do acto eleitoral e onde funcionem mesas de voto.